

A crise antes e depois do pleito

Newton Rodrigues*

O pleito presidencial já não promete variáveis que modifiquem seu resultado final. Fernando Henrique Cardoso, presidente pela graça de Itamar Franco, que o fez candidato oficial, e favorito pela de Lula, perdedor recalcitrante, que fechou todas as possibilidades de união em torno de outro candidato opositorista, sairá vitorioso dentro de dezessete dias, e a dúvida está ainda em saber se conseguirá liquidar a fatura contra apresentação ou se terá que disputar nova rodada, três semanas adiante. Sabe-se de antemão que também sairá vitorioso dela, uma vez que a desconfinça na capacidade de o petista administrar o País pode até crescer, em face de uma crise que se tenta minimizar, mas de virulência inegável.

As análises da equipe oficial, que insistiam em que flutuávamos acima dos acontecimentos e que as reservas dariam facilmente para impedir qualquer aperto, desfizeram-se e, logo depois de o presidente da República e de seu ministro fazendário afirmarem que os juros não seriam mexidos, foram eles elevados fortemente em primeiro impulso, logo seguido de outro, que os alçou para quase 50%. Os comentários dos analistas especializados são cautelosos, não só pelos imponderáveis em curso, como porque ninguém está interessado em agravar a situação. Mas há geral concordância em que o crescimento já insuficiente da economia vai reduzir-se mais e o desemprego crescer. Michel Camdessus, homem forte do FMI, afirma que exatamente

no arrocho estará a melhor fórmula de enfrentar a situação.

O mar tenebroso dos antigos navegantes é, outra vez, o oceano da finança internacional, nos tempos da globalização, inevitável mas em processo descontrolado e concentracionista. A gigantesca fuga de capitais talvez possa ser estancada, mas não há indícios de reposição, em vista de os riscos nos países "emergentes", mas em risco de imersão, serem considerados demasiadamente grandes. Aqui mesmo, a analista Maria Clara do Prado ressaltava na sexta-feira que a impressão generalizada no mercado financeiro de Londres é de que, enquanto o governo não se engajar em um ajuste do Plano Real, a "crise cambial que vem atacando a moeda brasileira (...) não vai parar", acentuando que há sérias dúvidas no exterior sobre a eficácia das medidas tomadas. Os canteiros não estão exibindo flores.

Clinton, em pronunciamento de anteontem, insistiu em que a contribuição norte-americana ao FMI deve ser rápida, mas as resistências no Congresso são grandes e as próximas eleições legislativas, nas quais os republicanos procuram assegurar preponderância, avivam interesses.

Também o encontro dos países mais ricos mostrou-se mais interessado em atender às necessidades russas do que às latino-americanas. As preocupações demonstradas no exterior são gerais. O The Wall Street Journal, por exemplo, (JB, 1º/9/98) destacou o



alto volume da dívida brasileira vencível a curto prazo, e, embora considerando o aumento de juros o único recurso disponível para atrair investidores, ressaltou que isso eleva o serviço da dívida e pressiona o Orçamento. Por mais que isso nos desagrade, o Brasil está no foco central da crise geral, com o agravante de as principais medidas corretivas dependerem dos centros internacionais.

A questão política não consiste, portanto, em saber quem vai ganhar o pleito presidencial, pois já se sabe quem será, mas como poderá governar com eficácia um chefe de Estado enleado em uma teia de compromissos contraditórios. Por isso, também, o pleito será da maior importância, apesar da apatia que o envolve. A situação do presidente não é a mais confortável, uma vez que em nenhum dos estados mais importantes está com a expectativa de vitória de seus correligionários tucanos. No Rio de Janeiro, a aliança brizolulista marcha para a vitória, embora ameaçada pela possibilidade de segundo turno, enquanto em São Paulo o quadro configurado, de final entre Maluf e Rossi, não seja amável para o Planalto, pois, em um caso o vencedor estenderá de imediato sua influência a outros pontos do País, como imediato pretendente ao Planalto, e, no outro, abrirá pelo menos por algum tempo nova pista a Leonel Brizola, que jamais conseguiu êxito em território paulista. Quanto a Minas, a provável vitória de Ita-

mar colocará em posto da maior importância um adversário declarado da política econômico-financeira adotada. Mágoas e ressentimentos contidos por motivos eleitorais ganharão nova força.

O alongamento, outubro adentro, do seu embate individual, criará dificuldades a Fernando Henrique nas lides estaduais. Por outro lado, é prematuro definir a composição do futuro Congresso, cujo comportamento variará com a virulência da crise. Um governo que esgotou a maior parte de seu mandato em custosas negociações para conseguir aprovar parte do que desejava, cedendo em pontos que dizia fundamentais, terá à sua frente novo quadro, agravado se os tucanos tiverem reduzido o espaço legislativo. As pressões, e até a arrogância de certos aliados (leia-se PFL e PPB), serão mais ativas. Provavelmente por pressentir esse perigo é que FHC e seus auxiliares principais já insinuam reformas políticas secundárias, que teriam como centro uma estranha "fidelidade partidária" que se destinaria, na realidade, a permitir o comando absoluto das direções partidárias sobre as bancadas legislativas de todos os níveis. Lembre-se, a propósito, que a fidelidade partidária é dispositivo constitucional, não havendo necessidade de emenda para criá-la. O que se está pretendendo, mesmo, é estabelecer o chamado voto imperativo, que torna os legisladores simples figurantes nas decisões políticas e administrativas, tornando rejeitado em todos os sistemas não autoritários, desde o século passado.

Imagine-se Churchill perdendo a cadeira

nos Comuns, por opor-se à política de Chamberlain, adotada em Munique e encorajadora de Hitler.

A fidelidade básica será alcançada naturalmente no dia em que o voto for distrital, os mandatos curtos, as suplências forem esvaziadas e os partidos legitimados.

A vigorar o que anda na cabeça de certos reformadores de encomenda, nem haveria necessidade de órgãos legislativos. Apurados os votos, cada partido receberia sua cota proporcional e bastaria que os caciques de cada legenda se reunissem para decidir as questões. Tudo simples, rápido, barato, mas inaceitável, pela absoluta negação do sistema dito representativo, que não confere a representação aos partidos, mas aos delegados eleitos diretamente. O defeito capital do voto proporcional, como aqui adotado, está precisamente na distorção da vontade popular e na relação metafísica entre eleitores e eleitos.

Certas inovações dificilmente passarão, pois os congressistas costumam ceder muito, menos no que lhes tire poder de ação ou barganha.

Mas, como certas dificuldades são más conselheiras, já está em projeto uma difícil costura para remendar a emenda reeleitoral, retirando-lhe a possibilidade de ficada de prefeitos e governadores. Só o presidente conservaria o privilégio, talvez ampliado. Menem, cabo eleitoral há tempos intronizado, já pleiteia o favor para uso próprio. Garante-se, porém, que não se pretende egoísta e adora servir ao amigo tucano, como tem demonstrado. ■